

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20/2026**

**PROCESSO 0946/2026**

**ÍNDICE POR ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**1.0. DO OBJETO**

**2.0. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**3.0. DA SECRETARIA COORDENADORA E PARTICIPANTE(S)**

**4.0. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.0. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.0. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.0. DO CADASTRO RESERVA**

**8.0. DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA**

**9.0. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**10.0. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**11.0. DO PAGAMENTO**

**12.0. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**13.0. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**14.0. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.0. DA COMPETÊNCIA/FORO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20/2026**

**PROCESSO 0946/2026**

O **MUNICÍPIO DE MARAU/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, nº 658, na cidade de Marau – RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal de Marau **NAURA BORDIGNON**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alberto Borella, n.º179, Apartamento 604, Centro, nesta cidade de Marau – RS, doravante denominado **MUNICÍPIO** e ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º ....., com sede na Rua ....., nº .....- Bairro ..... na cidade de ....., CEP ....., representada, neste ato, por ....., inscrita no CPF sob o nº ..... doravante denominado **DETENTOR DO PREÇO**, têm entre si justo e acordado a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2026**, com fundamento no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1.0. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a ***Aquisição de Concreto Usinado para manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Marau/RS***, especificada no edital de Pregão Eletrônico nº 32/2026 Registro de Preços 20/2026, e seus anexos, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2.0. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade máxima de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>Item</b>	<b>Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</b>					
	<b>Descrição</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant.</b>	<b>Marca</b>	<b>Valor unitário R\$</b>	<b>Valor total R\$</b>

**2.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

**2.3.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3.0. DA SECRETARIA COORDENADORA E PARTICIPANTE(S)**

**3.1.** A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública será a coordenadora desta contratação, sendo participantes a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e a Secretaria Municipal de Inovação, Trabalho e Desenvolvimento Econômico.

### **4.0. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

### **5.0. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** Após a homologação, o **DETENTOR DO PREÇO** será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições estabelecidas no Edital de Licitação, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**5.1.1.** O prazo de assinatura poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do **DETENTOR DO PREÇO** ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**5.2.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.

**5.3.** Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

### **6.0. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do **DETENTOR DO PREÇO**, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

**6.2.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

**6.3.** A prorrogação desta contratação está condicionada a:

**6.3.1.** Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

**6.3.2.** Manifestação expressa do interesse do **DETENTOR DO PREÇO** na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

**6.4.** Caso haja formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, sua vigência será definida no respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

## **7.0. DO CADASTRO RESERVA**

**7.1.** O cadastro de reserva, quando formado, constará em anexo próprio desta Ata de Registro de Preços, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 6.118/2024.

**7.2.** Os licitantes que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas seguintes hipóteses:

**7.2.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação.

**7.2.2.** Quando houver o cancelamento do registro do **DETENTOR DO PREÇO** ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 14 desta Ata.

## **8.0. DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA**

**8.1.** Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento da ordem de entrega emitida pela Secretaria Municipal solicitante.

**8.2.** O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

**8.3.** Caso não seja possível realizar a entrega na data assinalada, o **DETENTOR DO PREÇO** deverá comunicar ao Fiscal do Contrato as razões respectivas, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria solicitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**8.4.** No caso de descumprimento dos prazos determinados para a entrega dos produtos, ou ainda destes estarem em desacordo com o estabelecido no processo licitatório, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

**8.5.** Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência e Edital. Neste caso, o **DETENTOR DO PREÇO** fica obrigado a substituir os itens irregulares, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da comunicação da Secretaria Municipal solicitante ou Fiscal do Contrato, sem custo adicional para o Município.

**8.6.** O **DETENTOR DO PREÇO** deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta licitação.

**8.7.** Os produtos deverão atender às especificações constantes na descrição do objeto, conforme quadro do tópico 2 e demais disposições constantes no Termo de Referência.

**8.8.** Os produtos deverão ser entregues nos horários de expediente da Prefeitura Municipal de Marau, de segunda à sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, momento em que servidor responsável conferirá quanto à conformidade com o Termo de Referência e Edital. Os locais e quantidades a serem entregues serão informados pelas Secretarias Solicitantes no momento da solicitação de entrega.

**8.9.** Reserva-se ao Município o direito de solicitar entregas em toda circunscrição municipal e sem custos adicionais.

**8.10.** O material deverá ser transportado do ponto de origem (carga) até o destino final em caminhão “betoneira”, devendo chegar ao local em condições adequadas de aplicação. Caso o material apresente consistência, resistência, volume e/ou outras condições divergentes do estabelecido, o material será recusado, devendo o **DETENTOR DO PREÇO** promover sua substituição, sem qualquer ônus ao Município, além de responder integralmente por eventuais prejuízos decorrentes do fornecimento inadequado.

**8.11.** O **DETENTOR DO PREÇO** deverá apresentar, sempre que solicitado e sem qualquer ônus ao Município, laudos, testes laboratoriais e/ou ensaios que comprovem a qualidade, as características e a conformidade do material fornecido com as normas técnicas aplicáveis e condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital.

**8.12.** Todos os custos referentes à entrega e transporte dos produtos são de responsabilidade do **DETENTOR DO PREÇO**, o qual também deverá descarregar em local indicado pelo fiscal ou servidor designado para tal, comprometendo-se ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes, exonerando-se integralmente o Município.

**8.13.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e no Edital, assumindo o **DETENTOR DO PREÇO** o compromisso de fornecer o objeto licitado nos seus termos.

**8.14.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que fornecerá o objeto ora contratado, serão da exclusiva responsabilidade do **DETENTOR DO PREÇO**, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

**8.15.** Caberá ao **DETENTOR DO PREÇO** apresentar, juntamente com as notas fiscais, relatórios/comprovações dos produtos e quantidades efetivamente entregues.

**8.16.** Apenas quando solicitado, o **DETENTOR DO PREÇO** deverá apresentar os laudos, testes laboratoriais e/ou ensaios que comprovem a qualidade, as características e a conformidade do material fornecido, conforme disposto no item 8.11. desta Ata de Registro de Preços.

## **9.0. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**9.1.** A presente Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições contidas no Edital e em todos os seus anexos, observadas as normas da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à fiscalização dos fornecimentos decorrentes.

**9.2.** A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21.

**9.3.** O(s) fiscal(is) informará(ão) a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei nº 14.133/2021.

**9.4.** O e-mail indicado, qual seja, ..... será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

## **10.0. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**10.1.** O objeto será recebido provisoriamente pelo Fiscal do Contrato ou servidor designado, mediante verificação inicial da quantidade, qualidade e conformidade dos produtos entregues com as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na respectiva ordem de fornecimento.

**10.2.** O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos**, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos produtos entregues com as exigências contratuais, especialmente quanto à qualidade, quantidade e demais

especificações técnicas aplicáveis ao objeto.

**10.3.** Constatada qualquer desconformidade quanto às especificações exigidas, o Município poderá rejeitar o objeto, no todo ou em parte, nos termos do art. 140, §1º, da Lei nº 14.133/2021, devendo o licitante promover a substituição, correção ou regularização do objeto, sem qualquer ônus adicional à Administração, no prazo estabelecido no Edital e no Termo de Referência.

**10.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos fornecidos e verificados posteriormente, garantindo-se à Administração as prerrogativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, na Ata de Registro de Preços e nas demais normas aplicáveis.

## **11.0. DO PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento será efetuado com base no(s) preço(s) unitário(s), multiplicado(s) pela quantidade efetivamente entregue e comprovada.

**11.2. O DETENTOR DO PREÇO** deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório.

**11.3. O DETENTOR DO PREÇO** deverá obrigatoriamente informar na nota fiscal/fatura, em local de fácil visualização, a identificação do presente Pregão Eletrônico, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos materiais e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**11.4.** O CNPJ constante na nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, bem como a empresa deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.

**11.5.** Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a)** Certidões de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do **DETENTOR DO PREÇO**;
- b)** Certificado de Regularidade perante o FGTS;
- c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT;
- d)** Demais documentos descritos no tópico 6.3 do Termo de Referência.

**11.5.1.** Conforme legislação vigente, é assegurado ao Município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

**11.6.** A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega dos materiais for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município e de acordo com a quantidade efetivamente entregue.



**11.7.** O pagamento ao **DETENTOR DO PREÇO**, pela entrega dos materiais, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos itens anteriores, o que será confirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

**11.8.** O pagamento será efetuado em até **15 (quinze) dias úteis** após a entrega dos materiais, a contar do recebimento e aprovação da fatura pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal solicitante.

**11.9.** Para fins de pagamento, o **DETENTOR DO PREÇO** deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à Tesouraria do Município, o banco, o número da agência e o número da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, do **DETENTOR DO PREÇO**.

**11.10.** O **DETENTOR DO PREÇO** deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

**11.11.** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o **DETENTOR DO PREÇO** adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a solução do problema, observada a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

**11.12.** O valor devido ao **DETENTOR DO PREÇO**, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

**11.13.** Nenhum pagamento será efetuado ao **DETENTOR DO PREÇO** enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**11.14.** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o **DETENTOR DO PREÇO** apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrito no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do art. 4º e modelo constante no Anexo IV da IN n.º 1.234/2012, devendo ser atualizada anualmente pelo **DETENTOR DO PREÇO**.

**11.15.** Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da Portaria SRF n.º 1.454/2004, referente à retenção dos tributos disciplinados no art. 1º



da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

## **12. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**12.1.** Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os preços dos itens registrados serão atualizados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a contar do início de sua vigência, mediante aplicação da metodologia de cálculo adequada à atualização dos valores registrados.

**12.2.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.3.** Os preços registrados poderão ser revisados e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, conforme Decreto Municipal nº 5.751/2021, nas seguintes situações:

**12.3.1.** Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, tais quais, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

**12.3.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

**12.4.** A majoração dos preços registrados deverá ser requerida, nos termos do Decreto Municipal nº 5.751/2021, mediante protocolo no sistema FlowDocs, pelo endereço eletrônico <https://marau.flowdocs.com.br/public/home>. O pedido deverá ser devidamente fundamentado e acompanhado de documentação comprobatória suficiente para demonstrar a ocorrência de fato superveniente apto a justificar a revisão do preço registrado, sendo analisado pela Administração com base no conjunto probatório apresentado, em pesquisa de mercado atualizada e nas diligências que se mostrarem necessárias, observado o dever de manutenção da economia obtida no procedimento licitatório.

**12.4.1.** Caso deferido o pedido de revisão, a majoração do preço registrado produzirá efeitos somente em relação aos empenhos emitidos a partir da data do protocolo do requerimento, não alcançando empenhos, ordens de fornecimento ou obrigações já formalizadas anteriormente.

**12.4.2.** Durante o trâmite e a análise do pedido de revisão, a entrega dos produtos deverá ser mantida pelo fornecedor registrado, nas condições pactuadas, sem prejuízo de eventual pagamento complementar pelo valor atualizado, caso o pedido seja deferido, relativamente às entregas realizadas após a data do protocolo do requerimento e vinculadas a empenhos emitidos a partir desta data.

**12.4.3.** Caso a solicitação de revisão não seja acolhida, a recusa ou o descumprimento da obrigação de fornecer caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando o fornecedor registrado à aplicação das sanções cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

**12.5.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, o Município poderá convocar **DETENTOR DO PREÇO** para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

**12.5.1.** Caso não seja aceita a redução de preços, este será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**12.5.2.** Poderá a Administração convocar os licitantes do cadastro reserva, se houver, observada a ordem de registro e de classificação, para assumirem o compromisso pelo preço de mercado.

**12.5.3.** Havendo êxito na negociação, o valor a ser registrado terá efeito a partir da publicação do termo aditivo à ata de registro de preços.

### **13.0. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**13.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**13.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**13.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**13.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

### **14.0. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1.** O registro do **DETENTOR DO PREÇO** poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

**14.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**14.1.2.** Não informar o recebimento da autorização da entrega, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

**14.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

**14.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

**14.1.5.** Não formalizar contrato decorrente do registro de preços, sem justificativa razoável.

**14.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item anterior será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**14.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**14.4.** Ainda, o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**14.4.1.** Por razão de interesse público;

**14.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

**14.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do art. 26, § 3º, e do art. 27, § 4º, ambos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

## **15.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Na vigência desta Ata, o **DETENTOR DO PREÇO** estará sujeito às seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

**15.1.1. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar):** suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

**15.1.2. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido:** advertência por escrito sempre que verificadas;

**15.1.3. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s):** aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**15.1.4. Dependendo da gravidade da falta:** suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

**15.1.5. Nos casos de falta grave:** declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

**15.2.** Para efeitos da aplicação das sanções previstas neste item, fica a exclusivo critério do contratante a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

**15.3.** No caso de aplicação de multa, o **DETENTOR DO PREÇO** será notificado, por escrito, da referida sanção, tendo ele o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

**15.4.** Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.

**15.5.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **16.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1. O DETENTOR DO PREÇO** deverá comunicar ao **MUNICÍPIO** toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para fins de atualização.

**16.2.** Os licitantes participantes do processo licitatório devem ter pleno conhecimento de todas as disposições desta Ata, não podendo invocar nenhum desconhecimento como impeditivo do cumprimento de sua proposta ou de perfeito cumprimento da Ata.

**16.3.** Fica o **DETENTOR DO PREÇO** desta Ata obrigado a manter, durante toda a execução, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme art. 92, XVI, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

**16.4.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**16.5.** Os preços serão registrados no Setor de Compras, que poderá requisitar, quando necessário, à celebração das contratações decorrentes, mediante a solicitação formal pelo Secretário Municipal da unidade requisitante, de contrato administrativo junto a Secretaria de Administração, durante o período da sua vigência e nas condições deste edital, sendo que as contratações serão efetuadas após manifestação favorável da Secretaria Municipal de Administração.

**16.6.** O preço registrado com indicação dos **DETENTOR DO PREÇO**, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**16.7.** Aplicam-se a presente Ata, no que couberem, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto Federal nº 11.462/2023 bem como os dispositivos da licitação que originou este registro.

## **17.0. DA COMPETÊNCIA/FORO**

**17.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Marau – RS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam eletronicamente o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marau, ... de ..... de 2026.

---

**MUNICÍPIO DE MARAU**

---

**DETENTOR DO PREÇO**